

### **Impostos para os ricos: economia ou estética?**

A crise prolonga-se e surge a ideia de aumentar os impostos aos que mais têm. Alguns deles oferecem-se como voluntários. Seria um gesto de solidariedade. Teria um grande efeito prático?

Em tempos de crise económica, todos se voltam para os ricos. Há quem os olhe com pouca simpatia, como se as suas fortunas os acusassem como culpados de algum tipo de imoralidade. Os governos pedem-lhes mais solidariedade enquanto planeiam cobrar-lhes mais impostos. Alguns destes ricos adiantaram-se, oferecendo-se, voluntariamente, para pagar mais.

O primeiro a oferecer-se foi o multimilionário norte-americano, Warren E. Buffet. Fê-lo em carta publicada no "The New York Times" onde declarava sentir-se «beneficiado» pelo seu governo há já várias legislaturas. Buffet propunha formas concretas para estancar a sangria de dinheiro provocada pelos ricos que escapavam ao fisco nos rendimentos provenientes de dividendos ou mais-valias.

É curioso que Warren Buffet não se sinta incomodado - não há rasto dessa atitude em toda a carta - ao disfarçar-se de Robin Hood dos nossos tempos, em vez de admitir ter vivido muitos anos beneficiando da mesma situação que, atualmente, o escandaliza. Todavia, temos de admitir que esta não é a primeira iniciativa de tipo filantrópico que Buffet abraçou. Ele, juntamente com o casal Gates, constituiu o The Giving Pledge, um compromisso publicado na Internet, através do qual as grandes fortunas, especialmente as norte-americanas, se comprometem a destinar a maior parte da sua fortuna - em vida ou a título póstumo - a diferentes causas de beneficência. Entre os que aderiram a The Giving Pledge estão também Mark Zuckerberg, fundador do Facebook; o cineasta George Lucas ou Michael Bloomberg, mayor de Nova Iorque atualmente em funções. Contudo, estes gestos de solidariedade não vieram apenas dos Estados Unidos. Em França, 16 multimilionários publicaram um manifesto no qual defendem a criação de um imposto especial e «excecional» para as grandes fortunas: «senti-mos que devemos contribuir». Em Itália, o patrão da Ferrari propôs uma oferta do género. Por seu lado, o movimento Ricos por um Imposto para os Ricos juntou várias dezenas de fortunas alemãs que propõem um aumento de 10% nos impostos dos que possuem mais de meio milhão de euros de património.

Tanto nos países onde já existem estas iniciativas como em muitos outros mais desenvolvidos, foi reaberto o debate sobre a tributação dos mais poderosos. Atualmente, são muitos os governos que fazem planos sobre como tirar o máximo benefício dos seus ricos, assegurando-se, contudo, de que deixam as suas fortunas no país.

As quantias escandalosas de dinheiro recebidas por membros dos conselhos de administração, assessores de topo ou investidores já eram objeto de discussão antes da crise. Todavia, a situação atual intensificou a polémica. Os governos foram, em muitos casos, condescendentes com as regalias de que gozavam os multimilionários. A carta de Buffet deve ter envergonhado os responsáveis pela política fiscal dos Estados Unidos. O multimilionário denuncia nessa carta que os legisladores de Washington quiseram proteger os ricos através de privilégios fiscais. Comenta com ironia: «é bom ter amigos bem colocados».

Pois bem, os ricos não estão dispostos a pagar qualquer tipo de impostos. No documento assinado pelos 16 multimilionários franceses, o grupo esclarecia que o novo imposto devia ser «moderado» e «calculado de modo a evitar consequências indesejadas como a fuga de capitais para outros países ou o aumento da evasão fiscal».

Realmente, um eventual aumento de impostos para os mais ricos não estaria isento de inconvenientes e os governos sabem-no. Talvez o mais evidente seja o perigo de levarem o seu dinheiro para outros países que penalizem menos a riqueza, como o Mónaco ou a Suíça. Isto é o que, atualmente, se está a discutir no Reino Unido.

Em 2009, o governo trabalhista fez subir o imposto máximo até aos 50%. A medida contou e ainda conta, com um vasto apoio social, mas, desde então, tem sido muito discutido por empresários e pelo partido conservador. Segundo estes, um tipo de imposto tão elevado estaria a dissuadir de investir no país.

O conservador George Osborne, atual ministro das Finanças, é um dos que pôs em dúvida a utilidade de um imposto tão elevado para as grandes fortunas. Anunciou recentemente um plano de austeridade que admite subidas generalizadas de impostos - de acordo com o seu já conhecido lema: «estamos todos juntos nisto» - e cortes nos benefícios do Estado. Entretanto, de acordo com uma informação do Institute for Fiscal Studies (IFS), a proposta de Osborne iria prejudicar,

principalmente, 30% da população com rendimentos mais baixos. Os rendimentos elevados perderiam 4% do seu poder de compra só até 2014, perdas que se concentrariam também em 1% dos mais ricos.

Pelos comentários do diário "The Guardian", de acordo com os números adiantados pelo Institute for Fiscal Studies, a reforma de Osborne teria como resultado uma maior desigualdade social e prejudicaria, fundamentalmente, as famílias de classe média com filhos. Em tal caso, o efeito seria particularmente doloroso para muitas pessoas na Grã-Bretanha que, nos piores momentos da recessão, viram os seus rendimentos baixar, mas, em contrapartida, o desemprego aumentar a um ritmo inferior ao da maioria dos países europeus e nos Estados Unidos. Todavia, depois de o emprego ter começado a aumentar, os rendimentos não foram aumentados.

A reforma do Partido Conservador inglês para diminuir a taxa máxima pode tornar-se muito impopular, seguindo, todavia, um objetivo pragmático a nível económico: estimular o consumo e o investimento. A cobrança adicional que o Tesouro obtém no caso de serem aumentados os impostos não é lucro líquido para a economia nacional, tendo de ser deduzido o que os contribuintes deixaram de gastar ou investir. A equação é difícil de resolver, pois não se pode calcular o numerador, previamente e com exatidão, como também o denominador: o retorno dos impostos acrescentados como despesas e investimentos públicos.

De qualquer modo, estas considerações são muito relevantes se se tratar de um aumento dos impostos só para as classes mais altas. Arrecadar um pouco mais por cabeça em milhões de contribuintes com rendimentos moderados, retira, ao todo, muito dinheiro do mercado, mas não reduz os investimentos substancialmente. Tem muito mais efeito elevar a taxa do imposto a uma minoria de ricos.

Inclusivamente, pode arrecadar-se mais dos ricos deixando-lhes mais dinheiro nas mãos, como aconteceu nos Estados Unidos. Nos anos oitenta e noventa, comenta Buffet, os impostos eram mais elevados para os ricos e isto não constituiu um obstáculo à criação de emprego. Pelo contrário, foram anos de grande crescimento. Todavia, a tendência nos últimos anos tem sido a de uma revisão em baixa da pressão fiscal generalizada, mas não proporcional: as classes média e baixa não se sentiram tão beneficiadas com esta redução como as grandes fortunas. Em 1992, as 400 pessoas mais ricas dos Estados Unidos foram tributadas a uma média de 29,2%; em 2008, a 21,5%. Paradoxal é que, apesar desta diferença, o montante arrecadado destas fortunas foi três vezes superior em 2008 relativamente a 1992.

É claro que estes raciocínios passam para segundo plano se o problema é o de urgentemente aumentar os cofres públicos meio vazios. Embora se ganhe mais com a subida generalizada dos impostos, em tempo de crise é mais aceitável exigir maior esforço aos contribuintes mais desafogados.

Pelo menos nos Estados Unidos há margem para fazê-lo. Buffet confessa que, por exemplo em 2010, pagou impostos a uma média de 17,4%, menos do que os outros que fazem parte do seu negócio, cuja taxa média de imposto foi de 36%, embora os seus depósitos sejam, significativamente inferiores.

Estes cálculos de Buffet sobre os impostos norte-americanos estão de acordo com a tendência generalizada que se observa na maioria dos países mais desenvolvidos. Segundo o Eurostat (Gabinete de Estatísticas da União Europeia), a pressão fiscal sobre os rendimentos mais altos dos 27 países da zona Euro diminuiu 10,2 pontos, entre 1995 e 2011, número muito superior à baixa para os rendimentos médios e baixos. Neste período, a maioria dos países da União Europeia, com exceção da França, de Portugal e do Reino Unido, baixaram as taxas máximas dos seus impostos.

Contudo, para além da baixa da taxa dos impostos máximos, o dinheiro das grandes fortunas era desviado - e continua a ser - como dividendos, títulos ou *stock options* que são tributadas a pouco mais de 20%. As SICAV - Sociedades de Investimento de Capital Variável ou, mais recentemente, as SIF (Fundos de Investimento Especializado), foram outras das fugas do sistema financeiro através do qual foram filtrados, de forma absolutamente legal, parte dos rendimentos dos mais ricos.

Independentemente das artimanhas legais para pagar o mínimo possível de impostos, a fraude fiscal é um buraco negro para os orçamentos de muitos países. O assunto reveste-se de particular gravidade, se esses países estão preocupados com a dívida. São os casos de Espanha e de Itália. Em Espanha, de acordo com dados do Gestha - o sindicato dos técnicos do Ministério das Finanças -, a evasão fiscal chegou aos 59.500 milhões de euros em 2009, montante que faz «empalidecer» o governo que previu 1.000 milhões - segundo alguns, 500 milhões, e que anunciou ir arrecadar restabelecendo o imposto sobre o património, suprimido em 2008. A Itália é outro dos países em que a fraude é muito mais generalizada. Como compensação por ter sido retirado o projeto de um «imposto para os ricos», o governo italiano comprometeu-se a apertar a vigilância sobre as contas dos cidadãos e declarou «guerra à economia paralela», segundo palavras do ministro das Finanças. Para esta decisão contou muito a promessa do então primeiro-ministro Berlusconi de não aumentar a carga fiscal.

Em França, uma das medidas que mais contribuiu para os apoios a Sarkozy em 2007 foi a do «escudo fiscal», com que pretendia proteger os mais ricos contra impostos abusivos. Esta medida tornou-se impopular com a crise e Sarkozy acabou por a suspender.

Para Katye Lawton, acabar por impor uma nova taxa para os ricos ou não, é esquecer-se de um problema mais profundo: como é possível que o nosso sistema contribua para que uma minoria acumule tanta riqueza?

Segundo Lawton, cada vez é mais frequente que as empresas se movimentem de acordo com «o mito do talento»: O êxito da empresa dependeria de um pequeno grupo de pessoas,

colocadas nos postos mais altos amplamente recompensados para se manterem motivados e fiéis à empresa. Estes são os que beneficiam nos seus salários dos lucros da empresa, enquanto que a maioria dos outros trabalhadores não veem os seus rendimentos aumentados quando as coisas correm de feição a nível empresarial.

No seu artigo, Lawton propõe o modelo de empresa inglesa John Lewis. Esta empresa que comercializa desde comida a móveis ou seguros, é propriedade dos seus mais de 50.000 trabalhadores. Não há acionistas exteriores, e todos os acionistas recebem o mesmo aumento salarial quando tudo vai bem. Em 2010, este aumento foi de 18%. Os empregados/proprietários afirmaram sentir-se mais motivados e o rendimento comercial assim foi testemunho. O seu lema é que «a felicidade dos trabalhadores deve ser o eixo de toda a atividade comercial».

A revista «Trabalho» da Organização Internacional do Trabalho (OIT), dedicou ao modelo de John Lewis uma vasta reportagem em 2006. Nessa reportagem destacava-se a filosofia de família que dá origem à empresa, uma filosofia que Lawton considera uma alternativa ao modelo dos «grandes talentos».

F. R. B.

(com autorização de [www.aceprensa.pt](http://www.aceprensa.pt))

## A família filiocêntrica

Na década de 1970, a psicoanalista Nancy Chodorow previa a evolução da família para um modelo centrado na mulher e organizado em torno do núcleo estável mãe/filhos. A mulher e os filhos que teve com os seus diversos parceiros seria a única constante, enquanto que os amantes constituiriam uma das variáveis. Como recompensa dos esforços feministas, surgiria uma família totalmente dinâmica, com uma alteração de estrutura apoiada unicamente pelo eixo mãe/prole.

A previsão de Chodorow foi constatada em finais do século: o aumento dos divórcios, assim como o dos segundos e sucessivos casamentos ou a união de facto, reforçou o modelo *maternocêntrico*, apesar deste levantar sérios problemas, tanto económicos e psicológicos, como sociais. Por um lado, este novo agrupamento familiar exige uma base económica muito mais forte do que aquela que sustenta a família tradicional. Por outro lado, a afetividade converte-se num artigo descartável, o que causa conflitos psicológicos sérios, como a ansiedade, quadros depressivos, angústia...

Por último, do ponto de vista social, o modelo *maternocêntrico* gera instabilidade nos homens e desnorte nos filhos: a primeira

manifesta-se em diversas reações de violência de género, que tantas mulheres estão a padecer nos nossos dias; o segundo, constata-se nos filhos de pais separados convertidos em autênticas vítimas de um protótipo social que não é exatamente satisfatório.

Apesar das dificuldades, muitas mulheres viam no novo modelo a concretização do ideal feminista: “Filhos sim, maridos não”. Mas as coisas iam mudar. Os pais começaram a reclamar o seu direito (pensávamos que era um dever) de intervir ativamente na educação dos seus filhos. Já não são maridos, mas querem continuar a ser pais. Embora tenham fracassado como maridos, pretendem triunfar como pais: a paternidade tem prioridade sobre o casamento. É o que explica Susan Gregory Thomas num artigo publicado no “The Wall Street Journal” intitulado “Are Dads the New Moms?”

Os trabalhos analisados nesse artigo mostram o maior envolvimento dos pais na criação dos seus filhos, pois já não são vistos como fornecedores ou amas ocasionais, mas, como afirma Lauren Rinelli McClain, professora de sociologia na Universidade Estadual de Savannah, participam ativamente na vida emocional e quotidiana dos seus filhos.

Esse participar na educação dos filhos proporciona aos pais separados uma melhor saúde, tanto física, como psicológica. Assim o constata um documento assinado por investigadores da Universidade Estadual do Ohio, segundo o qual a maior participação paterna se associou, no caso de pais com baixos rendimentos, a uma baixa da depressão, do abuso de substâncias e comportamentos de risco, e também se sentiam fisicamente melhor.

Parece, portanto, que os pais separados adotaram, com o beneplácito das mulheres e a permissão das leis que regulam a custódia partilhada, essa conquista feminista. Introduziram-se no binómio mãe/filho para construir um triângulo mãe/filho/pai, que imita a família mas não o é. W. Bradford Wilcox, diretor do National Marriage Project da Universidade da Virgínia, fala de um novo guião cultural que prepara o homem para ser um novo papá, mas não para ser um novo marido; um guião que dá prioridade à paternidade sobre o casamento.

A intromissão – por outro lado, necessária, natural e positiva – do pai na educação dos filhos, nesse modelo *maternocêntrico*, não parece que leve a uma recuperação da família enquanto o casamento não sair dos mínimos históricos em que se encontra. Parece apontar mais para uma família *filiocêntrica* onde o centro são os filhos e os pais pululam à sua volta. São os filhos que vão daqui para ali, da casa da mãe para a do pai, mas constituem o núcleo de uma estrutura que só se mantém devido a eles.

O modelo *filiocêntrico* acerta no que afirma: o envolvimento do pai e da mãe na educação dos filhos, mas erra no que nega: o seu fundamento matrimonial e a convivência familiar. Como a raposa que apaga com a sua cauda as suas próprias pegadas, este novo modelo elimina o que afirma com o que nega,

porque a educação dos filhos fracassa paradoxalmente quando os converte em absolutos.

Os efeitos do modelo *filioêntrico* começam a ser percebidos há já algum tempo, inclusivamente no contexto da família tradicional, nesses fenómenos tão na ordem do dia, como são os filhos que acumulam presentes, os chamados pequenos tiranos ou o conhecido como “síndrome do imperador”, manifestações que põem em causa uma estrutura que pretende sustentar-se pelo que quer sustentar.

Segundo Randal Day, diretor do Centro de Estudos da Família na Universidade Brigham Young, a conexão emocional dos pais com os seus filhos repercute-se substancialmente na diminuição da ansiedade destes. Day não descobre nada de novo, mas aponta para uma situação, que assumi-mos como normal (a ansiedade dos filhos), a qual necessita de uma ação que, sendo normal, nos parece extraordinária: o envolvimento da figura paterna na sua educação.

Os filhos não querem o modelo *filioêntrico*, porque não se conformam com o envolvimento dos seus pais na sua educação. Necessitam de algo mais, necessitam do seu compromisso, o mesmo que originou o seu casamento.

P.G. e C.G.

## Terrorismo e vítimas sem nome

Se alguém nos falar do ataque terrorista do passado dia 15 de abril, pensaremos de imediato no atentado da maratona de Boston que provocou 3 mortos e 140 feridos. Quase ninguém mencionará a onda de atentados que, nesse mesmo dia, tiveram lugar no Iraque, os quais deixaram um balanço de 50 mortos e 300 feridos. Entre outras coisas, porque a cobertura informativa do atentado de Boston não deixou espaço nem atenção para os atentados no Iraque.

Ao fim de oito dias, sabemos quase tudo sobre o que aconteceu em Boston. Lemos notícias e reportagens, vimos vídeos e fotografias, sabemos quem são os autores do massacre, conhece-mos histórias das vítimas, e testemunhos de espectadores e agentes da polícia. Dos mortos do Iraque não sabemos quase nada, e nunca o saberemos. Foram as vítimas sem nome provocadas pelos terroristas que procuravam desestabilizar assim o país que, a 20 de abril, realizava as suas primeiras eleições desde a retirada das tropas norte-americanas.

A recordação das vítimas do Iraque não significa relativizar a importância do atentado de Boston. Honrar as vítimas, apoiar as suas famílias, castigar os culpados, fazer o possível para

que não volte a acontecer, é algo que deveria ser feito em todos os casos. Mas é inevitável que a nossa compaixão dependa da informação.

A torrente informativa sobre Boston faz com que nos sintonizemos com as vítimas dessa cidade. Participavam numa corrida atlética, como provavelmente também já o fizemos. Quase que podíamos pensar: “podia ter-me acontecido a mim”.

Os mortos do Iraque são tão reais como os de Boston, mas ficam animicamente longe. A imprensa não nos forneceu os seus nomes, as suas caras, nem as suas histórias. Os terroristas são também desconhecidos. As análises sugerem tratar-se de militantes sunitas, ligados à Al Qaeda, que fazem atentados indiscriminados, em áreas xiitas, para enfraquecer o governo de Nuri al-Maliki.

A atenção informativa depende também da excecionalidade. Um atentado em Boston é raro. Um carro bomba, em Bagdade, é mais um de uma série. E, desde que se foram embora as tropas norte-americanas, também os jornalistas deixaram de cobrir essa frente.

Pelo contrário, um atentado em Boston será coberto, de imediato, pelos repórteres locais e pelos correspondentes que venham depois, para acabar como notícia de capa em todos os jornais e telejornais. Esta ampla cobertura informativa é uma arma de dois gumes. Por um lado, responde à necessidade de saber que tem a opinião pública. Por outro, serve inevitavelmente o interesse que têm os terroristas em obter o máximo eco das suas ações.

A julgarmos pela cobertura informativa, poderíamos pensar que o terrorismo centra os seus ataques nos Estados Unidos. Mas o caso do Iraque recorda-nos que o terrorismo islâmico, embora se afirme em guerra contra o Ocidente, causa mais vítimas entre os próprios muçulmanos.

Obama disse, em Boston, que a cidade não se deixaria amedrontar pelos terroristas: “você vão voltar a correr”. Não menos valor, mas bastante mais, necessitarão os iraquianos para voltar a votar e apresentar-se como candidatos nas eleições. Seria bom, também, que isso fosse reconhecido por nós.

I. A.

## Nos idos de março

### The ideo of March

Realizador: George Clooney

Atores: George Clooney; Philip Seymour Hoffman

Duração: 101 min.

Ano: 2011

George Clooney tem realizado filmes denunciando a corrupção, a ambição e o lado mais cínico da natureza humana. Neste caso, aborda a luta pelo poder numa campanha eleitoral, em especial os jogos de bastidores entre os membros que dirigem as ações de propaganda.

Um elemento chave da campanha é o seu coordenador, interpretado por um Philip Seymour Hoffman de alto nível, tal como em "Magnolia". Este coordenador acredita no seu candidato e confia nele. É um veterano dos meandros da comunicação política, tendo no seu currículo a direção de várias campanhas vitoriosas. De repente, sabe que o seu principal adjunto o traiçoeira e lhe ocultara factos relevantes. Despede-o. Fala com ele de um modo franco, num diálogo de antologia sobre o valor da confiança. Explica-lhe como a integridade é o fator decisivo para se ser respeitado e atingir os objetivos. Conta -lhe como não abandonara um candidato derrotado e como esse gesto o transformara em vencedor, mais do que num mero organizador de êxitos. O seu adjunto não aceita o despedimento. Vinga-se e consegue vir a tornar-se ele o coordenador. Alcança o poder, envolvendo também o candidato numa vitória desonesta... mas, no fundo, sabem que são perdedores e falhados.

É um filme cru, retratando situações de imoralidade descarada e injusta, questionando uma sociedade que ao procurar o êxito a todo o custo, vai-se arruinar...

### Tópicos de análise:

1. Reger-se por princípios defende a pessoa da vertigem do poder.
2. A integridade é valorizada pelos líderes que de facto contam e fazem a diferença.
3. Construir um projeto comum só é possível se a confiança for crescendo.

Paulo Miguel Martins

Professor da AESE

